

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 012

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Valdir Rossoni*
PFL..... *Plauto Miró Guimarães*
PTB..... *Ademar Traiano*
PMDB..... *Orlando Pessuti*
PPB..... *Tony Garcia*
PT..... *Péricles de Holleben Mello*
PDT..... *Edgar Bueno*
PSDB..... *José Maria Ferreira*
PL..... *Edno Guimarães*
PSB..... *Ricardo Maia*
PSC..... *Chico Noroeste*

Representação Partidária

PFL - 10: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE MARÇO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 007/99

Curitiba, em 04.03.99.

Senhor Presidente.

Nos termos dos Arts. 53, inciso IX, 66, inciso II e 87, inciso VI, todos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar o parágrafo único, do art. 30, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

O dispositivo legal cuja revogação é pretendida, assegura prazo de noventa dias, para provimento de cargos, por candidatos habilitados em concurso.

A proposição ora formulada afigura-se indispensável, oportuna e conveniente, não só porque guarda sintonia com a atual conjuntura financeira e orçamentária do Estado, como também e principalmente, porque visa aparar aresta na legislação estadual, no sentido de harmonizá-la ao mandamento do contido no art. 169, da Magna Carta da Nação e Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, que o regulamenta, fixando limites de despesas com o funcionalismo público, da União, Estados e Municípios.

Não há, portanto, nenhuma dúvida de que, nas ocasiões, como, aliás, atualmente ocorre, os encargos com a folha de pagamento de servidores estiverem acima dos limites estabelecidos pela Magna Carta, impossível, até por inconstitucionalidade, dar-se cumprimento ao referido prazo, visto que, com os gastos decorrentes de tais nomeações, agravar-se-iam os níveis de excesso de despesas com pessoal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica revogado o parágrafo único, do art. 30, da Lei nº 6.174, de 16 de janeiro de 1970.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo, temos a satisfação de encaminhar à Vossa Excelência as indicações do

PDT (Partido Democrático Trabalhista), abaixo mencionadas, para a Comissão de Saúde, que por falha deixamos de mencionar junto com as indicações formuladas anteriormente:

Titular:

1. Edgar Bueno

Suplente:

1. Luiz Carlos Zuk

Sendo o que se apresentava para o momento e certos da atenção, aproveitamos o ensejo para externar à Vossa Excelência votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) EDGAR BUENO

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Desta forma, indicamos o Deputado Basílio Zanusso, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Hidekazu Takayama, para o cargo de SUPLENTE, em substituição a indicação anterior.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de REDAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Marcos Isfer, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE, em substituição a indicação anterior.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de FISCALIZAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de TITULAR e da mesma

forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE, em substituição a indicação anterior.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de TOMADA DE CONTAS.

Desta forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de SUPLENTE, em substituição a indicação anterior.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Desta forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de SUPLENTE, em substituição a indicação anterior.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 001/99, relativo à Mensagem Governamental nº 004/99, que dispõe sobre a definição de quanto serão as obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º, do Art. nº 100 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja formada Comissão Especial Parlamentar, para gestionar junto à COMEC, soluções para os problemas sociais enfrentados pelos moradores de Guarituba, em Piraquara, com 07 membros.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 125

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento, no dia de ontem, do Senhor José Aniceto, ocorrido nesta Capital.

José Aniceto foi morador, por muitos anos, da Cidade de Maringá, onde tinha inúmeros amigos. Farmacêutico Prático, exercia sua profissão, inicialmente, no Distrito de Água Boa, no Município de Paçandu, depois em Iguatemi, Distrito de Maringá, e, finalmente em Maringá. Na época em que estava nos Distritos, atendia a população mais pobre, fazendo vezes de parteiro e até de médico, em caso de emergências e de dificuldades financeiras das famílias.

Vindo para a Capital, como professor, prestava serviço na Secretaria de Estado da Educação, até sua aposentadoria. Ocupou ainda o cargo de Oficial de Justiça Federal.

Deixou os filhos Juízes: Dra. Maria Mércis Gomes Aniceto e Dr. José Augusto Gomes Aniceto; Nelson Gomes Aniceto, Oficial do Tribunal de Justiça e; Dra. Maria Inez Gomes Aniceto, Psicóloga do Instituto de Assistência Social do Paraná.

Solicito, outrossim, oficie-se do Voto de Pesar para os filhos do falecido, residentes todos nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família do Senhor Danilo Mother, na pessoa de sua esposa Senhora Oliva Mother, e de seu filho Senhor Luizinho Mother, as manifestações de profundo pesar desta Assembléia Legislativa pelo seu falecimento ocorrido no dia 03 de março, naquele município.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última homenagem, a uma pessoa de grande valor e

muitas qualidades, que sempre colocou os interesses da comunidade acima de preocupações pessoais.

Os muitos exemplos deixados pelo Senhor Danilo Mother, em seu relacionamento com a família e com os inúmeros amigos que conquistou em todos os lugares onde esteve, temos certeza, nortearão os caminhos daqueles que tiveram o privilégio de conviver com esta pessoa extraordinária.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Luiz Carlos da Silva, falecido no Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Vilela de Carvalho Neto, ocorrido no dia 8 de março de 1999, na Cidade de Cornélio Procopio.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência à Senhora Fernanda Regina Nogueira Vilela de Carvalho, esposa do falecido, à Av. Minas Gerais, 665, Ap. 72, Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Antônio Vilela de Carvalho Neto nasceu em São João da Boa Vista-SP, em 1950, era filho de Gabriel Vilela de Carvalho e Neomezir Vilela de Carvalho, sendo seus irmãos: João Francisco, Paulo José, Luciana e Cristina. Foi casado com Fernanda Regina Nogueira Vilela de Carvalho, tendo uma filha de 6 anos, Paula Vilela de Carvalho.

Antônio veio para Cornélio em 1972 com seus familiares e era formado em Agronomia, pela Faculdade Luiz Meneghel de Bandeirantes em 1978.

Em sua atividade profissional dedicou-se a Extensão Rural, Planejamento Agropecuário e fundou com seus irmãos a Empresa Vilela e Vilela & Cia. (insumos, defensivos agrícolas) e em 1998 ampliou para comercialização de cereais, hoje com matriz em Cornélio Procopio e filiais em Sertaneja, Andirá e São Sebastião da Amoreira, considerada a maior empresa da região.

Teve intensa atividade na sociedade procopense tendo sido: Presidente da Associação Comercial de Cornélio Procópio, um dos fundadores da Sociedade Rural com seus irmãos João e Paulo, um dos idealizadores e executores do Parque de Exposição da Sociedade Rural e da primeira Feira Agropecuária - Cornélio Procópio, membro das diretorias da Associação dos Agrônomos de Cornélio Procópio, atualmente, era Diretor-Secretário da Sociedade Rural de Cornélio Procópio.

Toninho, como era chamado por seus conhecidos, sempre atendeu a todos, sem distinção econômica, do pequeno ao grande produtor, com grande amizade e dedicação, destacando-se como orientador político classista da Comunidade Regional Rural.

Sempre procurou trazer para os colegas as inovações na área agropecuária, através de palestras, cursos e dia de campo.

Cornélio Procópio perdeu um grande amigo, entusiasta, empreendedor, intelectual, mas sempre estará presente no coração de seus colegas e familiares.

REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de louvor para os diretores, funcionários e associados da cooperativa SUDCOOP, com sede no Município de Medianeira, pelo trabalho que vem sendo realizado em prol da agricultura e dos agricultores da Região Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações ao Sr. Abdo Aref Kudri, pelo 36º aniversário de fundação do matutino "Diário Popular".

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de congratulações à COPACOL - Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. de Cafelândia, na pessoa do seu Presidente, Sr. Walter Pitol, pelo recorde de exportação de soja alcançado em 1998, e

que o teor deste expediente seja levado ao conhecimento da sua direção.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A COPACOL, mais uma vez, sob o comando do seu Presidente Walter Pitol, dá exemplo ao Paraná e ao Brasil, de que apesar das dificuldades por que vem passando a nossa economia, atingindo especialmente a agricultura, é possível, com muito trabalho e uma competente administração continuar crescendo a cada ano.

A Cooperativa anualmente vem implantando novos projetos que visam aumentar a produtividade do agricultor, promovendo o desenvolvimento técnico dos associados, inserindo-os na nova realidade econômica dos mercados globalizados.

A sua estação experimental, considerada referência entre os órgãos de assistência técnica e de pesquisa, está recebendo mais investimentos. Na área de diversificação encontra-se em desenvolvimento um programa da cultura do café, objetivando a geração no campo de mais de três mil empregos. Enfim, são inúmeros projetos em desenvolvimento que buscam o seu crescimento e de seus associados.

Queremos assim, também deixar registrado o nosso reconhecimento e aplausos pelo excelente trabalho desenvolvido pela Direção, funcionários, e pelos associados, que com muita dedicação participam ativamente do progresso econômico e social da região que representamos nesta Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações a Associação de Mulheres de Negócios de Ponta Grossa, em nome da Presidente Railda Alba Francisca Schiffer, pelas comemorações do Dia Internacional da Mulher, dia 08 de março.

Este dia vai ser lembrado em todo mundo, pois muitas portas se abriram para o sexo feminino, no século XX.

As mulheres estão a cada dia conquistando um espaço de destaque da Sociedade, dedicando-se a causas nobres, a Assistência Social, e ocupando cargos de confiança em muitas empresas.

Mesmo com a existência de muitos preconceitos, os quais com certeza serão deixados de lado com o passar do tempo, a mulher está se conscientizando da grande importância e responsabilidade que ela tem na Sociedade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à Diretoria, Funcionários e Membros da Associação de Mulheres de Negócios e Profis-

sionais de Ponta Grossa, em nome da Presidente Railda Alba Francisca Schiffer, na Rua Comendador Miró, 860 - Ponta Grossa - PR - 84010-160.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 154

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de mensagem de louvor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à Pastoral da Criança, Organismo de Ação Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) - Arquidiocese de Cascavel, tendo em vista a passagem do 15º aniversário de funcionamento e os relevantes serviços prestados à população do Oeste paranaense.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(aa) EDGAR BUENO

ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Para justificar a apresentação deste requerimento que propõe reconhecimento formal das ações da Pastoral da Criança, Organismos de Ação Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) - Arquidiocese de Cascavel, já conhecidas por todo o Oeste do Paraná nada mais oportuno do que contarmos um pouco da história da instituição, relatada em seus próprios escritos, que dizem o seguinte:

"Tudo começou no ano de 1983 com uma experiência piloto no Município Paranaense de Florestópolis, Arquidiocese de Londrina. Hoje, presente em todo o Brasil, especialmente nos seus bolsões de miséria, a Pastoral da Criança, Organismo de Ação Social da CNBB vem sendo apontada como uma das mais importantes organizações da sociedade civil, e certamente a maior do mundo a trabalhar em saúde, nutrição e educação da criança do ventre materno aos seis anos de vida, envolvendo necessariamente famílias e comunidades. Dados recentes demonstraram a diminuição da mortalidade infantil à metade nas regiões acompanhadas pela Pastoral da Criança e a melhoria educacional e da qualidade de vida de crianças e familiares acompanhados.

A semente deste serviço foi lançada em maio de 1982, por Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, e Mr. James Grant, então Diretor Executivo do UNICEF, em Genebra, durante debate sobre os problemas da pobreza e a paz no Mundo. No ano seguinte, a CNBB confiava a tarefa de criação e desenvolvimento deste trabalho da Igreja junto às comunidades carentes à médica pediatra e sanitarista Dra. Zilda Arns Neumann e a

Dom Geraldo Majella Agnelo, então Arcebispo de Londrina-PR, hoje Secretário da Congregação para culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos da Santa Sé. Assim, em setembro daquele ano a Pastoral da Criança iniciava suas atividades, criando metodologia própria e desenvolvendo uma mística de fé e vida, tendo como centro a criança dentro do contexto familiar e comunitário. A força das comunidades, como agentes de transformação, fizeram com que a Pastoral da Criança, em treze anos de trabalho, estivesse presente em mais de 44% dos municípios de todos os estados brasileiros, salvando vidas e semeando a esperança e a paz".

Ao final, queremos acrescentar que temos testemunhado as ações da Pastoral da Criança, inclusive participando de reuniões como a que ocorreu na tarde do último domingo, em Braganey, onde ficou evidente o apreço da comunidade pelas suas ações.

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações e aplausos ao jornal Lance!, iniciativa do Grupo J. Malucelli, que passa a circular regularmente nesta Capital a partir deste mês.

Sala de Sessões, em 09.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Lance!, circulando em Curitiba desde seu primeiro número (novembro de 1997) será gora distribuído regularmente em nossa Capital. Importante veículo de comunicação, é mais uma iniciativa do grupo J.Malucelli, e trará os resultados dos grandes jogos, além de outras notícias esportivas. A edição curitibana do LANCE! terá como base o exemplar distribuído por São Paulo, mas contará com uma capa e páginas exclusivas sobre o futebol e todo esporte do Paraná.

O LANCE! é o maior diário esportivo do Brasil e o único totalmente em cores, com fotos exclusivas e gráficos especiais. É também o único diário do Brasil produzido simultaneamente em duas redações: uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo. Cada redação faz sua própria edição, voltada para as características regionais. A partir de agora, haverá a edição paranaense, que destacará as conquistas dos clubes do Paraná. Todas as edições são produzidas pela redação paulista e o Jornal possui correspondentes em cada uma das grandes capitais do Brasil, além das principais cidades do exterior. Agora conta com uma equipe exclusiva em Curitiba.

O Grupo J. Malucelli, mais uma vez, investindo no nosso Estado agora na imprensa. É

uma demonstração de verdadeiro otimismo e valorização do nosso Paraná por parte deste empreendedor Grupo, comandado por Joel Malucelli que vem, desde 1966, crescendo junto com o nosso Estado.

Ao grupo J.Malucelli o nosso agradecimento em nome da Sociedade Paranaense. Ao Jornal LANCE!, sua Diretoria e toda a sua equipe os nossos votos de congratulações e aplausos pela brilhante iniciativa.

REQUERIMENTO Nº 158

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Diário Popular (Rua XV de Novembro, 1190 - Curitiba), pela passagem de seus 36 anos.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Diário Popular", em 4 de março de 1999, completou 36 anos, com 10.743 edições publicadas.

Nascido às vésperas do Golpe de 64 (em 04 de março de 1963), o Jornal sempre primou por sua postura imparcial e crítica, mantendo uma linha independente e séria, o que resultou num jornalismo honesto levado ao leitor daquele veículo de comunicação.

Em 1986 o Jornal passou por ampla reforma que preparava a fase colorida, inaugurada 8 anos depois em 1994, para o quê foi necessária ampla reformulação do setor de fotografia. Em 1996 já se haviam aposentado todas as máquinas de escrever do jornal, que já contava com computadores com os mais modernos softwares de composição de páginas para sua diagramação.

Dentre as principais publicações do Jornal, estão "Os Melhores do Ano", publicado anualmente há 32 anos, "As Chuteiras de Ouro", publicada nos meses de junho, entre outros muitos destaques como o "Popular Esportivo", caderno especial de 8 páginas que circula aos domingos.

Veículo de comunicação dos mais prestigiados pela população de Curitiba e Região Metropolitana, o Jornal está em plena expansão para circulação estadual.

Ao Diretor-Presidente do Jornal Diário Popular, Sr. Abdo Aref Kudri, e toda a sua equipe, pelo brilhante trabalho de divulgação e informação desenvolvido dentro do nosso Estado, os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 159

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Procuradora Cristina Schwansee Romanó (Procuradoria da República - Rua XV de Novembro, 608 - Curitiba), pela sua indicação pela ONU para integrar o Tribunal Penal Internacional que julga criminosos de guerra da ex-Iugoslávia.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Cristina Schwansee Romanó, filha de tradicional família curitibana é Procuradora da República há 10 anos e está lotada em Curitiba, onde sempre atuou na área criminal.

Foi indicada pela Organização das Nações Unidas - ONU para integrar o Tribunal Penal Internacional, que julga os criminosos da guerra da antiga Iugoslávia. É a primeira vez que aquele Tribunal, composto por juizes e promotores de diversas partes do mundo, contará com a participação de uma representante da América Latina. A Procuradora terá a função de coordenar a equipe de promotoria encarregada de investigar os crimes de guerra e violações dos direitos humanos na Província de Kosovo, atualmente considerada a maior área de tensão na região da ex-Iugoslávia.

O Tribunal, criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas é o primeiro desse gênero desde os processos de Nuremberg e Tóquio, no final da Segunda Guerra Mundial. Foi criado em maio de 1993 e atualmente tramitam processos diversos envolvendo 83 acusados de praticarem crimes hediondos, onde 3 mil refugiados entre bósnios muçulmanos foram executados e enterrados e mais de 6 mil estão desaparecidos.

A Procuradora Cristina Romanó foi selecionada pela ONU após concorrer a seis vagas de promotor com candidatos do mundo inteiro. Dentro dos requisitos exigidos para ocupar o cargo estava o período mínimo de dez anos de formação em Direito, passagem pelo menos quatro anos na promotoria na área criminal, experiência em investigação policial, domínio dos idiomas Inglês e Francês e conhecimento em informática, requisitos estes que foram tranqüilamente preenchidos pela Procuradora.

REQUERIMENTO Nº 160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, que seja autorizado pela Presidência desta Casa de Leis, votos de congratulações ao Jornal "Diário Popular", pela passagem de 36º aniversário de fundação.

Requer ainda que seja dada ciência ao Senhor Abdo Aref Kudri, Rua XV de Novembro, 1190, Centro, CEP: 80.020-925, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de votos de congratulações ao Deputado Federal Dilceu Sperafico pela sua eleição para a Presidência da Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados, temos a certeza que o ilustre Parlamentar irá trabalhar pelo desenvolvimento e pela minimização dos problemas da agricultura do nosso País e do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) TONY GARCIA

DUÍLIO GENARI

Apoiamento:

Tiago Amorim, Divanir Braz Palma, Augustinho Zucchi, Cesar Seleme e Fernando Ribas Carli.

REQUERIMENTO Nº 167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à "TV Cidadão", alusivos a criação do espaço democrático e inteligente, chamado "Tribuna do Cidadão", apresentado pelo ex-Deputado Lindolfo Júnior.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Sr. Diretor João Carlos Peters, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Paulo Graeser Sobrinho, 1022, CEP:80510-170, Município de Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Luiz Alfredo Malucelli, alusivos ao lançamento oficial do seu livro "Nem só de Pão Vive o Homem".

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Buenos Aires, 1319, CEP: 80250-070, Município de Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Rádio Capital, alusivos a abertura de mais 06 espaços na Rádio Capital FM, e 08 espaços na Rádio Capital AM para o "Repórter Capital".

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Gerente Regional Marcos Duraes, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pedro Eloi de Souza, 51 - Bairro Alto, CEP: 82820-130, Município de Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de louvor para os diretores e integrantes da Associação de Santa Helena para Pessoas Portadoras de Deficiências (ASH-PPD), com sede no Município de Santa Helena pelo trabalho que vem sendo realizado em prol dos portadores de deficiências dos Municípios de Santa Helena, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste e Missal. O presente Voto de Louvor também é extensivo a Maria José Pereira, Presidência da Confederação Brasileira para Pessoas Portadoras de Deficiências, entidade com sede em Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 178

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Agrônomo Florindo Dalberto (Rodovia Celso Garcia Cid - Km 375 - Londrina/PR), pela sua eleição como Presidente do Conselho Nacional de Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária-CONSEPA.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Diretor-Presidente do IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, Agrônomo Florindo Dalberto, foi eleito Presidente do Conselho Nacional

dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (CONSEPA), entidade que reúne 19 empresas estaduais de pesquisa agropecuária do Brasil. Ele substitui o ex-Presidente Miguel Bresolin, da FEPA-GRO, do Rio Grande do Sul.

A posse ocorreu em Brasília, com a presença do Secretário de Desenvolvimento Rural, Murilo Flores, que representou o Ministro da Agricultura, Francisco Turra e do Presidente da EMBRAPA, Alberto Portugal.

O CONSEPA reúne empresas estaduais de pesquisa agropecuária de 19 estados brasileiros, que, juntas, possuem mais de 11.600 funcionários e 2.340 pesquisadores. O Conselho responde por mais da metade de todas as pesquisas agropecuárias desenvolvidas no Brasil, em todos os setores, produtos e temas do agronegócio nacional. O Conselho tem forte atuação nas definições de projetos de pesquisas junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Para a eleição, foram levados em consideração o prestígio do Paraná e seu sistema estadual de agricultura, que mantém instituições estáveis e de referência nacional, como o IAPAR, bem como a competência de seu Diretor-Presidente.

Pela sua posse, receba o Agrônomo Florindo Dalberto os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de aplausos e congratulações à Empresa Volkswagen/Audi, pela doação de dez veículos à dez Instituições Assistenciais, sendo seis de São José dos Pinhais e quatro de Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Volkswagen/Audi do Brasil, numa iniciativa de cunho social, efetuaram, a doação de dez veículos para entidades assistenciais, sendo seis de São José dos Pinhais e quatro de Curitiba. Ao todo, as Empresas estão beneficiando mais de 8.000 pessoas carentes (cerca de 4.000 crianças e 4.200 adultos) do nosso Estado. Este ato demonstra o elevado espírito social dos executivos das montadoras que, preocupados com a melhoria das condições dos cidadãos carentes, efetuaram a doação. Estes veículos possibilitarão o transporte de alimentos, medicamentos, doações, além de facilitar o acesso à atendimentos médico e odontológico.

Em São José dos Pinhais foi beneficiada a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, que atende cerca de 2.500 crianças de até seis

anos de idade e também colabora na assistência de adolescentes e idosos. Além desta, as outras Instituições beneficiadas com as doações foram: Centro Social Padre Arnaldo Jansen - Pastoral do Menor (atende 180 crianças e adolescentes), Centro de Amparo ao Menor (cuida de 130 crianças e jovens), Associação das Senhoras Católicas São Vicente de Paula (atende 150 crianças entre 2 e 6 anos) Creche Santo Antônio (abriga 100 crianças de 4 meses a 6 anos) e Patronato Santo Antonio (atende 280 menores entre 6 e 18 anos de idade).

Em Curitiba, quatro entidades foram contempladas com a doações dos veículos: A Associação de Caridade São Vicente de Paula (atende 75 famílias carentes - 225 pessoas, além de 110 crianças da Casa da Criança de São José), a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (que atende em média 3.100 pessoas no Hospital de Caridade e 960 pacientes no Hospital Psiquiátrico por mês), a Associação Rede Esperança (promove cursos profissionais para 200 jovens entre 16 e 25 anos) e a Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social (beneficia 240 crianças e jovens de até 18 anos).

Observamos a grande quantidade de pessoas carentes que serão beneficiadas com estas doações, o que faz dela um exemplo a ser seguido. A preocupação da Volkswagen/Audi com os menos favorecidos, demonstra que, mais que a integração daquela Empresa com a comunidade paranaense, as montadoras objetivam cumprir sua parte de responsabilidade social.

Por esta importante iniciativa das montadoras, os votos de aplauso e congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelo Sr. Mauro Aranha, residente à Rua Cuiabá, Casa 460 - Vila Macedo, o qual solicita a limpeza das valetas e reparos nas ruas dessa vila. Será um grande benefício para toda a comunidade o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à TELEPAR solicitando a instalação de uma

linha telefônica no CREAS - Centro de Recuperação Aldeia do Samaritano, localizado na Av. dos Estados, 805.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em pauta já encontra-se protocolada na TELEPAR sob nº 3.926.320-3, conforme documentação em anexo.

A instituição em questão atende pessoas carentes, com problemas diversos, dando-lhes assistência completa com o auxílio de pessoas voluntárias que realizam o trabalho na entidade.

Ainda, não possui fonte de recursos própria, sobrevivendo de doações daqueles que se compadecem da difícil situação dos que por ali passam diariamente em busca de auxílio.

Além de toda esta dificuldade, a Instituição não possui telefone e não há telefones públicos próximos do local, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento dos trabalhos e o atendimento dos mais necessitados, inclusive a concretização de doações que a entidade receberia caso houvesse um número de telefone para comunicar aos interessados em colaborar.

Diante do exposto, solicitamos a douta Casa de Leis o envio de expediente reforçando nossa solicitação de instalação de linha telefônica pela TELEPAR no centro de Recuperação Aldeia do Samaritano.

REQUERIMENTO Nº 133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde, reiterando solicitação de uma ambulância para o Município de Conselheiro Mairink.

Sala de Sessões, em 09.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em pauta já encontra-se protocolada na Secretaria de Estado da Saúde sob nº 3.926.316-5 (reiterando o protocolo n. 3.558.501-0), conforme documentação em anexo.

O Município de Conselheiro Mairink localizado no Norte Pioneiro do Estado, atende um grande número de pessoas carentes que necessitam ser atendidas em centros maiores que possuem mais recursos médicos.

Ainda, o Município em questão é o único naquela Região que faz parte do Programa "Comunidade Solidária" e do Programa "Médico da Família", o que faz que seja por demais necessário o veículo hora solicitado.

REQUERIMENTO Nº 134

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à TELEPAR solicitando a instalação de um telefone público comunitário no ponto final do ônibus Terra Boa - Freguesia dos Lara, Município de Campo Magro (em frente ao Armazém do Sr. Jorge de Almeida).

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em pauta já encontra-se protocolada na TELEPAR sob nº 3.926.319-0, conforme documentação em anexo.

O local para onde estamos solicitando a instalação deste telefone é bastante distante da sede do Município e não possui comércio e serviços desenvolvidos. Dos moradores locais, raros os que possuem telefones em suas residências, havendo assim grande necessidade de instalação de um telefone público, especialmente neste local, que desta forma atenderá aquela comunidade.

Diante do exposto, solicitamos a esta douta Casa de Leis o envio de expediente reforçando nossa solicitação de instalação de linha telefônica pela TELEPAR no local indicado.

REQUERIMENTO Nº 145

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Vilma R. Marconcini, residente à Rua Tiriva nº 309 - Jardim Fênix, a qual pede providências urgentes quanto a existência de um enorme buraco em frente à sua residência. O buraco já está avançando o portão, no muro e grama de sua casa, causando sérios prejuízos. Quando chove, a situação fica ainda mais crítica. Segundo ela, vários telefonemas já fez ao responsável do Departamento de Obras dessa Prefeitura, porém até a presente data o problema não foi resolvido. Pede urgência no atendimento devido aos grandes estragos que o buraco vem causando. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 868-1230.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado

expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores do Distrito de Campestre - Município de Contenda, os quais solicitam a agilização no sistema de entrega de correspondências domiciliares do município para esse distrito, sito a mais ou menos 8 km de distância. Afirmam eles que as correspondências estão chegando com até 30 (trinta) dias de atraso, causando sérios prejuízos e transtornos para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pela Sra. Giuliana Garbeline de Menezes, residente na Chácara Águas Claras - Planta Jardim Curitiba nº 12, proximidade do Clube Colonial Baile do Pato, a qual pede a denominação dessa rua, bem como a colocação de saibro no trecho compreendido do nº 1 ao 15. Há buracos, valetas e barrancos na rua que devem ser retirados para que a mesma seja aplainada. O pedido já vem sendo feito pela Sra. Giuliana desde julho do ano passado, porém até a presente data não atendido. Pede urgência no atendimento do presente. Se necessário recomendamos contato com a requerente pelo telefone 335-4041.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 149

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Ministro dos Transportes, Senhor Elizeu Lemos Padilha, solicitando a reativação das obras da Rodovia Transbrasiliana, trecho Tibagi - Ventania.

As obras estão paralisadas há cinco meses, e a Rodovia está intransitável, criando um grande problema para os agricultores da região, pois estão sendo prejudicados com o escoamento da safra de grãos.

O ônibus escolar fica encalhado, complicando cada vez mais a vida dos estudantes da região, os quais muitas vezes perdem aulas por causa desta triste realidade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Tibagi, Sr. Homero Talevi Campos, Pça. E. Mercer, 10 Tibagi - PR, ao Prefeito Municipal de Ventania, Senhor Oci-

mar R. Bhanert de Camargo, na Av. A B. Camargo, 3093 - Ventania - PR, e ao Presidente do Sindicato Rural de Tibagi, Sr. Nelson Cândido da Silva, Rua Ebert Mercer, 1317 - Tibagi - PR.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 151

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Ministro da Cultura, Sr. Francisco Corrêa Weffort, solicitando a liberação de recursos para serem aplicados na terceira etapa da reforma do prédio da pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PROEX/UEPG.

Os recursos da terceira etapa da reforma do prédio serão aplicados na recuperação da fachada e salas. As janelas e portas de madeira espessa e as almofadas de concreto que compõem a frente do prédio serão reconstituídas obedecendo o padrão original. Ainda nesta terceira etapa, será recuperada a parte térrea, que deve ganhar praça iluminada e um pequeno anfiteatro com forma de aproveitar o declive do terreno.

O Projeto para a reforma foi criado por uma equipe de engenheiros da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e de acordo com o Diretor de Cultura, Gilberto Zardo, a originalidade do prédio está sendo mantida.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Pró-Reitor da PROEX, Senhor Emigdio Enrique Orellana Jiménez, na Rua Coronel Dulcídio, 08 - Ponta Grossa - PR, CEP 84.010.280.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 174

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Andréia Stival, residente à Rua São Lucas nº 72 - Bairro Monte Santo I, que pede providências urgentes quanto a existência de uma valeta nessa rua, onde corre o esgoto a céu aberto e que já avançou a metade da rua. A situação é crítica, metade da rua já está comprometida e os moradores estão correndo perigo de acidentes.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 175

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Edna Bueno Paz de Souza, residente à Av. Santa Rita nº 403 - Bairro Tatuquara, que pede a implantação de entrega de correspondências domiciliares nesse bairro. A falta desse benefício está fazendo muita falta aos moradores. Se necessários, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 348-4919.

Sala das Sessões, em 09.03.99.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 176

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Doroti Willuweit, que pede reparos na Rua Barão do Rio Branco, no Jardim Iracema e na Rua Rui Barbosa, no Bairro Tanguá. As ruas encontram-se intransitáveis e necessitam dos reparos urgentemente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 338-1959.

Sala das Sessões, em 09.03.99.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Exma. Sra. Al-cione Saliba, Secretária de Estado da Educação, solicitando informações sobre contratos firmados entre o Estado do Paraná e o Banco Mundial para realização de investimentos no setor educacional (PQE e PROEM), visto que esses contratos ainda estão em vigência e que exigem a realização de contra-partida em relação aos valores liberados pela instituição financeira.

Portanto este Deputado requer:

- O valor total das operações de crédito;
- O Objeto dos investimentos previstos com os respectivos valores (obras, equipamentos, treinamento de pessoal, material pedagógico);
- O cronograma de liberação dos recursos;
- O cronograma de investimentos previstos em decorrência do empréstimo;
- As etapas dos investimentos, inclusive o valor das parcelas dos recursos já liberadas pelo agente financeiro;

- Os valores já pagos a título de contra-partida;

- Os valores a título de contra-partida previstos para o ano de 1999;

- As penalidades eventuais por atrasos no levantamento das parcelas e no cronograma;

- A forma e prazos para o pagamento do empréstimo.

Sala das Sessões, em 09.03.99.
(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita nos Anais desta Assembléia Legislativa, a matéria publicada no Jornal "O Estado de São Paulo" edição de 07 de março de 1999, sob o título "Fundos de Pensão Estaduais - Armadilhas a Evitar", de autoria de Gustavo H. B. Franco, Professor da PUC do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 09.03.99.
(a) CAÍTO QUINTANA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Flor da Serra do Iguaçu, desmembrado dos Municípios de Capanema, Realeza e Nova Prata do Iguaçu, com as seguintes divisas:

"Com o Município de Capitão Leônidas Marques: inicia na foz do Córrego Estrela no Rio Iguaçu, sobe por este até a foz do Córrego Luciana.

Com o Município de Boa Vista da Aparecida: inicia na foz do Córrego Luciana no Rio Iguaçu, sobe por este até encontrar a foz do Rio Canguçu.

Com o Município de Nova Prata do Iguaçu: inicia no Rio Iguaçu na foz do Rio Canguçu, segue por este até encontrar a Estrada Nova Vitória/Canguçu, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar a Estrada Nova Vitória/Salto Caxias, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar o Rio Vitória, sobe por este até encontrar a Estrada Palha/Campina do Cotegipe, segue por esta na direção geral Sul até encontrar a Estrada Campina do Cotegipe/Linha Aurora, deste ponto segue linha reta e seca na direção geral Sul até encontrar a cabeceira de um

córrego afluente do Rio Cotegipe, desce por este até sua foz no Rio Cotegipe.

Com o Município de Santa Izabel do Oeste: inicia na foz de um afluente do Rio Cotegipe, desce por este até a foz do Rio Jacutinga.

Com o Município de Realeza: inicia na foz do Rio Jacutinga no Rio Cotegipe, desce por este até a foz do primeiro afluente à margem esquerda antes da linha Martins, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Oeste até encontrar o Rio Sarandi, desce por este até a foz do Córrego Flor da Serra, sobe por este até a foz do Córrego Taquara, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Oeste até encontrar a BR-182, segue por esta na direção geral Sul até encontrar a Estrada Linha São José, segue por esta na direção geral Oeste até defrontar a cabeceira de um afluente do Rio São José, desce por este até sua foz no Rio São José, sobe por este até a confluência de suas duas cabeceiras, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudoeste até encontrar a cabeceira de um córrego afluente do Rio Capanema, desce por este até a foz do Córrego das Flores ou Arroio da Queda.

Com o Município de Planalto: inicia no Rio Capanema na foz do Córrego das Flores ou Arroio da Queda, sobe por este até sua cabeceira.

Com o Município de Capanema: inicia na cabeceira do Córrego das Flores ou Arroio da Queda, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Norte até a Estrada Alto Faradai/Capanema, segue por esta na direção geral Oeste até a cabeceira do Córrego Tamanduá, sobe por este até a Estrada Pinheiro/Duas Barras, segue por esta na direção geral Nordeste até a Estrada Duas Barras/Saltinho, segue por esta na direção geral oeste até a Estrada Alto Faradai/Capitão Leônidas Marques, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar o Córrego Estrela, desce por este até sua foz no Rio Iguaçu.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Em consonância com a reivindicação dos moradores do Distrito de Flor da Serra, Município de Realeza, que desejam emancipar-se daquele município, criando, assim, o Município de Flor da Serra do Iguaçu, propomos o presente projeto de resolução.

O mesmo obedece os ditames exigidos pela legislação ordinária e constitucional.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a devida aprovação e conseqüente sanção pelo Poder Executivo.

Projeto de Lei :

PROJETO DE LEI Nº 063/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder executivo autorizado a instituir programas de incentivo visando a melhoria da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.

§ 1º - Entre as iniciativas propostas, o Poder Executivo estimulará o combate à sonegação através de concessão de prêmios e outras modalidades.

§ 2º - Terá prioridade no programa de incentivo a troca de notas fiscais por alimentos e remédios que constituírem a cesta básica no âmbito do Estado do Paraná e nos termos de regulamentação própria.

Art. 2º - O Chefe do Poder executivo regulamentará a presente lei, em até trinta dias após sua publicação.

Art 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar condições ao Poder Executivo de desenvolver programas de incentivo à arrecadação de tributos, mormente o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Experiências internacionais, bem como práticas estaduais recentes demonstram eficácia e incremento no volume de recursos arrecadados com a participação efetiva da população estimulada.

Segundo dados extra-oficiais, o incentivo concedido pela prática aqui autorizada, elevaria a receita em cerca de 10%, com possibilidade de aumento do índice através de novos mecanismos. Os incentivos não atingiriam segundo os mesmos dados, 1% do valor arrecadado.

Entretanto, os benefícios á população seriam imensos, tais como: possibilidade de redução do valor da cesta básica, dos remédios populares e ainda a melhoria das políticas estaduais na área da educação, saúde, saneamento básico, assistência

social e outros que se agregariam pelos valores gerados através da campanha de incentivos.

Pelo alto valor e alcance social do projeto ora proposto, sou sabedor do apoio que o mesmo receberá dos membros desta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Horário das Lideranças.

PT. PFL. PSB. PTB. PPB. PSC. PDT. PL. PSDB.
(**Declinam**)

PMDB. Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Compareço à tribuna hoje mais na condição de Presidente do Bloco Agropecuário, que espero ser reconduzido pelos nossos companheiros desta Casa, já que há treze anos estamos nessa condição de Coordenador-Presidente do Bloco Agropecuário, para dizer aos Senhores Deputados que tive oportunidade, na última quarta-feira, semana passada portanto, de participar na minha cidade de Ivaiporã de um Seminário com a presença do Secretário da Agricultura, Poloni, com a presença do Presidente AFAEP, Agid Meneghetti, Presidente da ACEPAR, João Paulo Kosloeski, e do Delegado do Ministério da Agricultura, Mário Bezerra, além da presença de dezessete prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, lideranças políticas comunitárias e principalmente, produtores rurais. O objetivo daquela reunião, além de uma ampla explanação das questões ligadas ao setor produtivo rural, tinha como objetivo principal a explanação sobre a existência do CONESA, Conselho Estadual de Defesa Agropecuária, e a motivação para que, a nível de município daquela região, se constituísse o Conselho Municipal de Defesa Agropecuária.

Faço questão de vir à tribuna na condição de Presidente do Bloco Agropecuário para dizer que nós, nesta Casa, temos sim feito oposição ao governo do Estado naquilo que entendemos ser necessário e naquilo que se justificar a nossa oposição. Mas naquilo que entendemos ser ato eficiente do governo, eu, por dever de consciência, tenho que vir a esta tribuna e reconhecer os feitos que estão sendo desenvolvidos.

Todo esse trabalho que levou a implantação do Programa Estadual de Defesa Agropecuária, também iniciada pelo companheiro Hermas Brandão, à época Secretário da Agricultura, e com brilhantismo prosseguido pelo Polloni, está às portas de se coroar de pleno êxito porque a partir do mês que vem, em abril, inicia-se no Paraná um amplo trabalho de sorologia nos animais bovinos e também nos suínos, para que possa o Paraná se credenciar perante a Organização Internacional de Epi-

zootia e desta forma ser o Paraná declarado como área livre de febre aftosa.

Falei tudo isso para dizer que este Programa Estadual de Defesa Agropecuária teve todo o nosso apoio, desta Assembléia, que aprovou aqui a autorização para a contratação de 140 técnicos médico-veterinários e engenheiros-agrônomo; que votou aqui a nova legislação estadual no que diz respeito à defesa sanitária desse Estado; que teve na pessoa do companheiro Hermas Brandão e hoje na pessoa do Polloni, mas que teve e tem também na pessoa do Meneghetti, do João Paulo e do Mário Bezerra, pessoas que atuaram com firmeza e que atuam até hoje com determinação, para que o Paraná possa ser considerado área livre de febre aftosa e poder mandar os seus produtos de origem animal para o Mercado Comum Europeu e com isso os nossos produtores rurais ganharem alguns dólares ou reais a mais na venda dos seus produtos.

Hoje, a notícia corre por aí, que no Rio Grande do Sul consegue-se vender uma arroba muitas vezes que dez reais, acima daquilo que se pratica no Paraná pelo simples fato de o Rio Grande do Sul e Santa Catarina serem áreas declaradas como livre de febre aftosa e, portanto, merecedora para exportar os produtos para a Europa.

Portanto, faço esse registro, como Presidente do Bloco Agropecuário para mais uma vez enaltecer o trabalho de Hermas Brandão à frente da Secretaria de Agricultura, a postura que vem adotando o Secretário Polloni no que diz respeito ao Programa Estadual de Defesa Agropecuária, ao trabalho que desenvolve o CONESA - Conselho Estadual de Defesa Agropecuária e a sua luta ao lado do Ágide Meneghetti, do João Paulo K. e do Mário Bezerra para que possa ser implantado em cada município do Paraná o Conselho Municipal de Defesa Agropecuária.

Digo que isso é importante porque aqueles que conhecem os problemas advindos do consumo de origem animal não fiscalizado e que não possuem as condições mínimas de higiene e sanidade, certamente haverão de saber os problemas de saúde que poderá acometer a pessoa que consumir um produto cuja origem não é conhecida.

Por isso, o Conselho Municipal de Sanidade Animal, o Conselho Estadual de Sanidade Animal, o Programa Estadual de Defesa Agropecuária são fundamentais para a saúde, em primeiro lugar, dos animais, que nós exploramos com finalidades econômicas através de nossas atividades agropecuárias. Mas ao final é de fundamental importância para a saúde de cada um de nós, porque cuidar da saúde dos animais que nos alimentam é cuidar da nossa própria saúde.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Edgar Bueno, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados, para a Comissão de Saúde nos cargos de Titular e Suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para a Comissão de Constituição e Justiça, nos cargos de Titular e Suplente, em substituição a indicação anterior. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para compor a Comissão de Redação no cargo de Titular e Suplente, em substituição a indicação anterior. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para compor a Comissão de Fiscalização no cargo de Titular e Suplente, em substituição a indicação anterior. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para compor a Comissão de Tomada de Contas, no cargo de Titular e Suplente, em substituição a indicação anterior. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para compor a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, no cargo de Titular e Suplente, em substituição a indicação anterior. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO. (**Publ. no DA nº 11, de 08.03.99**)

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Gostaria, em função da brevidade da sessão de hoje, gostaria de saber se V.Exa. não me faria a condescendência de me ceder o Horário da Liderança do PT por 5 minutos.

Sei que já passou, seria uma benevolência, mas só para eu expôr uma situação de respeito, um prestígio à comunidade de Guarituba que veio a esta Casa. Uma proposta que quero fazer conjunto do Plenário. Nós podemos decidir isso amanhã porque já passou o prazo, mas gostaria de relatar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A mesa entende que V.Exa. tem todo o direito de usar o horário do PT, em que pese, já tenha se expirado o prazo. Mas, tão logo votemos os requerimentos, lhe será cedido o horário do Partido dos Trabalhadores

(Prossegue a leitura de requerimentos)

Sobre a mesa, Requerimento nº 138, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Rejeitado.**

Em votação. Srs. Deputados que aprovam.

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de votação Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Chamada nominal Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Convido o Sr. 1º Secretário para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Alborghetti**)

Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, declino da chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos proceder a verificação de votação.

O SR. JOSÉ MARIA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Sabemos da importância do processo educacional na formação da nossa sociedade. Também sabemos da importância de dois projetos que estão sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado do Paraná: um que é do Ensino Fundamental e do Médio. Tenta e busca qualificar a nossa juventude. E o que buscamos com esse requerimento é conhecer os recursos que estão sendo repassados, quanto já foram repassados e como foram gastos. Não tem nada além daquilo que o Governo possa no nosso entendimento, Deputado Valdir Rossoni. É um órgão internacional, é um órgão que está e deve ser um contrato claro e disponível a sociedade. Por isso espero, que a sociedade possa ter o conhecimento através de um pedido de informação aqui aprovado, que não vá, com certeza, complicar nenhum dos programas que o Governo vem desenvolvendo, é apenas um pedido de informação para saber como estão sendo gastos os recursos de dinheiro tomado lá fora e como está sendo o andamento desse programa, que são os dois programas tanto fundamental, do Pós Médio e do Médio.

Por isso espero que os demais companheiros com assento nesta Casa, aprovelem e que seja encaminhado dessa forma pelo Líder do Governo, no sentido de conhecermos. Se o Líder do Governo tiver essas informações, ele declina a esta Casa e com certeza, nós retiraremos o pedido de informação. E por isto eu tenho certeza, que esta Mesa e esta Casa nesta tarde encaminhará dessa forma.

Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS

Os Deputados que aprovam o requerimento.

Peço ao 1º Secretário que proceda a contagem dos Deputados que aprovam o requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Alborghetti**)

08 (oito) **Aprovam**, 23 (vinte e três) Deputados rejeitam (**Rejeitado**).

Requerimento nº 098, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 097, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 110, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado**.

O SR. IRINEU COLOMBO

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se. Nove Senhores Deputados.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Está **Rejeitado** o presente requerimento.

Requerimento do Deputado Caíto Quintana: Requer envio de pedido de informações à Sra. Alcione Vasconcelos Saliba, Secretária da Educação. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Embora não tenha amparo Regimental, mas apenas a deliberação da Presidência, tendo em vista que o Deputado Caíto Quintana não se encontra em Plenário para proceder o encaminhamento da votação de seu requerimento, solicito a Vossa Excelência adiar para a sessão de amanhã a votação desse requerimento.

Muito Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Quero concordar com a Deputado Orlando Pessuti no adiamento do requerimento, pois lá tenho todas as informações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Fica adiada a discussão.

Requerimento nº 122, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, com apoio dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Hermes Fonseca, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado**.

Requerimento nº 090, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado** pelo autor.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Solicito a Vossa Excelência a retirada deste requerimento, tendo em vista, que já recebi na 6ª feira, próxima passada, o ofício de Sua Excelência o Secretário Ney Leprevost Neto, prestando as informações requeridas.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria também de saber, do Deputado Orlando Pessuti se ele retira as acusações feitas ao Secretário de Esporte. Ora, que o Secretário de Esportes já prestou os esclarecimentos. Havia insinuações feitas aqui, de que o Estado estava patrocinando, gente rica para praticar esportes na Suíça.

Porque só retirar o requerimento é muito fácil, as insinuações é que se tornam difíceis de serem retiradas.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Não é meu desejo polemizar com o Deputado Valdir Rossoni, até por que ele tem liderado nos

últimos tempos aqui, a síndrome do pânico no Estado do Paraná.

Deputado Valdir Rossoni, qualquer requerimento que se faça de pedido de informações e solicitações de informações, cria, faz um horror nesta casa, e estabelece o pânico entre os seus liderados.

Em nenhum momento Deputado Valdir Rossoni nós acusamos o Secretário Ney Leprevost Neto, de estar fazendo isso ou fazendo aquilo. Apenas indagamos se a Secretaria de Esporte e Turismo do Paraná havia patrocinado a ida dos integrantes da equipe de esqui, do Estado do Paraná, para o torneio Montana, nos Altos Suíços. Em nenhum momento nós o acusamos, nós pedimos esclarecimentos, porque isso é um direito nosso, e fizemos um pedido claro. Quanto o Estado tinha gasto? Quem eram as pessoas que haviam sido patrocinadas? Quais os objetivos que se buscava atingir com tal patrocínio? Recebemos as informações, mas em nenhum momento afirmamos e acusamos de estar fazendo isso. Indagamos se ele estava fazendo. Indagar não é acusar até onde eu sei da leitura do dicionário.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

O Deputado Orlando Pessuti teve a oportunidade de encaminhar por duas vezes, o requerimento. Gostaria de dizer ao Deputado Orlando Pessuti, que quanto a questão de pânico, Vossa Excelência foi Líder do Governo, aqui, e tenho certeza absoluta que se Vossa Excelência ouvir meus pares, o pânico não é igual quando Vossa Excelência foi Líder do Governo.

Gostaria de encerrar dizendo o seguinte:- que não foi esse o entendimento também da imprensa, que ouviu o ilustre Deputado daquela tribuna, fazendo insinuações contra o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há mais Questão de Ordem e a Mesa entende que o assunto está encerrado e o requerimento está retirado.

Requerimento nº 124, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 125, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 126 e 171, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 128, 145 a 147 e 174 a 176, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 132 a 134, 157 a 159, 178 e 179, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 137, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 140, de autoria do Senhor Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 142, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 143, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado. A matéria acha-se publicada no final desta Ata.**

Requerimento nº 144, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 149 a 151 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 154, de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno e Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 160, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 161, de autoria dos Senhores Deputados Tony Garcia e Duílio Genari, com apoio dos Senhores Deputados Divanir Braz Palma, Tiago Amorim, Augustinho Zucchi, César Seleme e Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 167, 168 e 170, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 172, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 173, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 181, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se, na forma regimental, embora entenda que no Horário do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Ângelo Vanhoni tenha todo o direito de gestionar e questionar assuntos perti-

nentes aos moradores de regiões ribeirinhas. Peço apenas que neste requerimento, o Deputado Ângelo Vanhoni indique o número de membros para a Comissão, até porque a Mesa vê com bons olhos a formação desta Comissão.

Fica adiada para amanhã a votação deste requerimento.

A Mesa concede ao Deputado Ângelo Vanhoni para que - no Horário das Lideranças - por 10 minutos, faça a exposição do seu requerimento, do seu pedido junto a esta Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria que o número ficasse em sete (07), e gostaria que se não há nenhuma infringência do Regimento, de que Vossa Excelência mantivesse a votação para a data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa consulta a Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Podemos votar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhores Deputados, temos a satisfação de receber hoje, aqui, os Presidentes de Associações de Moradores da Cidade de Piraquara, em especial da região conhecida como Guarituba e também a presença de três Vereadores da Cidade de Piraquara: está conosco o Armando, a In-diamara e o nosso amigo Gabão. O Maguila também está presente.

Acho que já é do conhecimento dos Senhores Deputado, os problemas relativos à área de manancial aqui na Região Metropolitana da nossa cidade. Recentemente - no ano passado - votamos um projeto de lei que foi alvo de grandes debates antes de sua votação no Plenarinho desta Assembléia, com a participação de vários Deputados, participação da comunidade, do Ministério Público e entidades ambientalistas. Porque a nova modificação que foi introduzida na lei de manancial previa, inclusive, a possibilidade da regularização das áreas secas na área do manancial.

Haja vista que, desde a legislação, quando foi configurado essa região toda como uma região de manancial - para preservação do meio ambiente - quando a sociedade civil conseguiu forjar uma legislação desse tipo, já havia ocupações na área. Inclusive os proprietários da área acabaram procedendo alguns loteamentos, que foram regularizados em função da legislação anterior antes de serem mananciais. Antes da legislação atribuir a esta região, uma região especial, que deveria ser preser-

vada em função da sua necessidade de abastecimento de água e em função dos córregos e dos rios que correm na Região Metropolitana da nossa cidade.

Ocorre, Senhores Deputados, que o Estado do Paraná, o Governo do Estado não toma nenhuma atitude do ponto de vista de uma solução. Porque as Prefeituras da Região Metropolitana muitas vezes não têm condições de resolver os problemas que estão oriundos, hoje, nestas áreas. O adensamento populacional é cada vez maior, tanto na Cidade de Piraquara, na Cidade de São José dos Pinhais, na Cidade de Pinhais e na Cidade de Almirante Tamandaré e os problemas se avolumam.

A COMEC, por sua vez, temos desde a década de 90 um programa de saneamento, toda uma verba destinada pelo Banco Mundial que prevê, inclusive, uma dotação orçamentária dos organismos internacionais para remanejo de algumas populações ribeirinhas ou em área de mananciais, que é o PROSAN I e o PROSAN II, e até agora o único conjunto - se não me engano - que foi executado, que foi efetivado, com as verbas destinadas do PROSAN, foi o Conjunto Bonilauri, na área ali de Pinhais. Não tenho notícia de um outro conjunto que tenha sido construído com verbas do PROSAN para reassentamento das famílias.

Até no Bonilauri estão com problemas ainda hoje, em função dos problemas que houveram na construção da obra.

Mas, o objetivo que nos traz, aqui, é chamar a atenção para os Deputados da Assembléia Legislativa e a sensibilidade, porque na região do Guarituba, tem perto de 10 mil, 12 mil famílias, sendo que 4 mil estão em área de risco. Área de risco que muitas vezes não são áreas de ocupação. Existem negociações - como o próprio Takaua nos confirmou, da COMEC - com os proprietários das áreas, para que estas populações que ali estejam morando, o terreno já foi vendido, já tem título de propriedade, e no entanto, a COMEC e a Prefeitura impedem a ligação de água, a canalização de esgoto, o abastecimento de água potável, a canalização das águas das chuvas, e, sobretudo, a legalização da energia elétrica em perto de 4 mil casas na região do Guarituba.

Então, o que é que acho que podemos fazer? Não podemos, porque muitas vezes a população vai ao Prefeito Gil Lorusso de Piraquara - é uma Prefeitura que não tem recursos para enfrentar uma demanda desta natureza, não tem, temos que ser realistas, não tem, diz que não pode resolver o problema, recorrem à COMEC, a COMEC diz que não pode por causa de uma questão legal, porque não pode autorizar a regularização da luz e da água, porque são áreas invadidas, e mesmo aquelas áreas que são secas, que já pela própria legislação são passíveis de regularização acabam prejudicando as

famílias que morrem e que até correm risco de vida, como é o caso que aconteceu recentemente, 5 pessoas acabaram falecendo em função da energia elétrica a olhos vistos, os rabichos colocados, como aquelas regiões que vimos muito bem que ocorrem lá na região de São Paulo, na periferia da grande São Paulo.

Não queremos que isso aconteça na região metropolitana do Estado do Paraná, queremos que as pessoas que lá trabalham, que lá vivem, que já organizaram a sua vida, que já construíram com muita dificuldade a sua casinha e que estão querendo a regularização, mesmo que tenham que ser realocados para outras áreas, áreas de risco que estejam morando, estão dispostos a fazer esse sacrifício, serem realocados. Mas o que a população vem pedir e solicitar a Assembléia Legislativa que interceda, do ponto de vista de abrir um caminho para uma solução. O que a população não pode é ficar correndo risco de vida por um papel que é devido ao Estado, o Estado deve prover de energia elétrica, deve prover de abastecimento de água, deve prover de lotes populares, que a população de baixa renda possa morar com dignidade, e gostaríamos de encontrar essa solução.

Então, é esse apelo que os vereadores da Câmara Municipal de Piraquara, que o Prefeito de Piraquara, que a comunidade, que os presidentes de associações, que a Igreja venham à Assembléia Legislativa tentar sensibilizar os Deputados, tenho certeza e espero de contar com a compreensão do conjunto de todas as Bancadas partidárias, para que possamos fazer uma comissão de sete Deputados. Qual o papel dessa comissão? Junto com o Prefeito da Cidade de Piraquara, vamos questionar, vamos tentar interceder, vamos tentar usar a nossa energia criativa para buscar uma solução para um problema que é um problema social e que acho que com um pouquinho de boa vontade a gente encontre um caminho para que essas pessoas possam construir a sua vida, possam trazer esperanças para seus filhos, possam ter tranquilidade de poder morar e de poder educar as suas crianças.

O SR. ALGACI TÚLIO

Sr. Ângelo Vanhoni, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Neste horário não será permitido apartes, conforme vige o regimento interno. Usaremos o horário apenas para encaminhamentos.

O próprio orador transformou o horário em encaminhamento de votação, vamos cumprir o regimento interno da Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Infelizmente não posso conceder o aparte, mas gostaria que esse requerimento que faço para que formemos uma comissão de 7 Deputados, a gente pudesse aprovar isso Sr. Presidente, ainda na data de hoje, e que na semana que vem, temos ainda amanhã para formarmos as comissões, sei que a Assembléia Legislativa está correndo contra o tempo em função do seu Regimento Interno, mas que na semana que vem a gente pudesse em contato com algumas lideranças da Comunidade de Guarituba e com representantes da Câmara de Vereadores, com um contato ao Prefeito, para que a gente pudesse fazer uma comissão ágil, que pudesse começar a trabalhar na construção de uma perspectiva para a solução definitiva dos problemas dos moradores lá da região de Guarituba.

Espero ter o apoio dos Srs. Deputados, era isso Sr. Presidente, agradeço pela sua compreensão e pelo espaço cedido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa indaga ao Deputado Algaci Túlio se o deputado tem interesse de encaminhar a votação do requerimento?

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

(Para Encaminhar)

Sr. Presidente gostaria de pedir ao nobre Líder da Bancada do governo que aprove o requerimento, sei das dificuldades da população de Guarituba, tenho passado por ali constantemente, as imensas dificuldades que a população ali está passando, inclusive esta semana estarei passando o período ali, olhando as dificuldades, já conheço muitas das dificuldades, muitos amigos meus moram naquela região, companheiro Vanhoni, e pode ter certeza que estarei junto com V.Exa. nas reivindicações daquela população sofrida.

Quero pedir, portanto, ao Líder da Bancada que aprove o requerimento, que ajude a Bancada para que aprove esse requerimento, para que possamos olhar com muito carinho. Tenho certeza, que este é um sentimento de todos os demais Deputados que sabem das imensas dificuldades atravessadas pela população do Guarituba.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar a votação, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, o meu encaminhamento é rápido.

Colocamos favoráveis ao requerimento, desde que no requerimento, estou com o requerimento

aqui, seja condicionado de que cada Partido tenha um representante. Aí aprovaremos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não resta dúvida de que já temos a relação dos 07 Partidos que irão indicar um representante.

Para encaminhar, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Nelson Justus, Srs. Deputados.

Quero manifestar, em nome pessoal e em nome da Bancada do PMDB, nossa solidariedade ao Deputado Ângelo Vanhoni e a todos os Parlamentares, porque sinto que será aprovado por unanimidade esse requerimento de formação de uma Comissão Especial para discutir os problemas e buscar soluções para esses mesmos problemas inerentes ao Guarituba.

Faço essa manifestação e apoio, porque ao longo da nossa presença aqui na Assembléia e em diversos contatos que temos sempre mantido com moradores daquela região e com lideranças políticas, o ex-Prefeito João Guilherme, a Vereadora Indiamara que sempre têm conosco conversado a respeito desses problemas. Entendemos que há a necessidade, sim, de encontrarmos caminhos. E essa Comissão especial certamente oferecerá, após uma ampla avaliação, após uma profunda discussão, os caminhos para solucionarmos os problemas do Bairro Guarituba.

Portanto, em meu nome pessoal e em nome do PMDB, nos solidarizamos ao Deputado Ângelo Vanhoni, e daremos também a aprovação a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar a votação, o Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda outro dia tivemos por parte do nosso Deputado Algaci Túlio uma proposição neste sentido, juntamente com com o Deputado Ângelo Vanhoni. Ainda hoje ocorre uma reunião da COMEC, na cidade de Pinhais, onde se discute também esse tema, tenho certeza que esse deverá ser um dos temas principais a ser debatido. E concordo que essa Assembléia participe, através de seus membros, podendo trazer novas soluções. Porque temos certeza que a Lei dos Mananciais, que foi aprovada por essa Assembléia, deve ser respeitada, e temos certeza também, como sabe bem o Vereador Gabão, que há necessidade de busca de soluções para essas pessoas que lá se encontram. Contudo, temos que achar sempre soluções responsáveis, soluções que

venham ao encontro dos municípios, venham ao encontro do respeito à lei e venham, principalmente, de encontro a essa população que precisa, nesse momento, do apoio da Assembléia, para que possa ser visto, com uma visão global, todo esse problema de habitação da Região Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero dizer também da minha preocupação, aliás, fiz isso na semana passada, aqui nesta Casa, no meu primeiro pronunciamento ao retornar à Assembléia Legislativa, tão logo tivemos também as enchentes verificadas na Vila Osternake, no 23 de Agosto e no Campo Serrado, nós também tínhamos conhecimento da situação que se verificava no Guarituba, lá em Pinhais. E, nós diante de várias informações, fizemos um requerimento à Mesa encaminhando ao Governador do Estado, aos órgãos competentes, à SANEPAR, a COPEL e a própria COMEC, pedindo medidas urgentes para a situação dos moradores que estão às margens dos mananciais em Pinhais, em Piraquara, em Almirante Tamandaré, em toda essa região que sofre com as enchentes. E, evidentemente, que naquela ocasião o próprio Deputado Ângelo Vanhoni já propunha a criação dessa Comissão Suprapartidária, para que esta Casa não ficasse alheia, porque não se tratava apenas, quando eu fazia o meu pronunciamento naquela tarde, de problemas atinentes a Curitiba, mas, sim, a grande Curitiba. E a Grande preocupação era com relação ao que poderia provocar estas área de mananciais com respeito ao abastecimento de água em Curitiba e na Grande Curitiba.

Por esta razão quero parabenizar o Deputado Vanhoni e dizer que nós do PTB, companheiros do PFL e dos partidos aliados ao Governo do Estado temos o maior interesse em ver agilizadas estas soluções.

A propósito, falava agora o Deputado Marcos Isfer que daqui a pouco, às 16:00 hs., a Associação dos Municípios de Curitiba e Região Metropolitana, os Senhores Prefeitos se reúnem em Pinhais para tratar exatamente destas situações que chamamos a atenção aqui neste Plenário.

Portanto, contem com a nossa participação, com a nossa colaboração e vamos tratar de resolver esta questão. Não se pode mais admitir, não se pode mais aceitar gente morrendo em consequência de choques em áreas de invasões. Há que se propor uma relocação deste pessoal e onde for possível permanecer, que se faça a infra-estrutura, mas onde forem áreas de mananciais sabem eles e nem eles

querem ficar, querem ir para um lugar decente onde possam criar suas famílias e constituir uma comunidade ordeira, pacífica e trabalhadora.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

PFL, PTB, PPB, PMDB, PSDB, PT E PDT para que indiquem um representante de cada partido para a formação dos sete membros da Comissão requerida pelo Deputado Ângelo Vanhoni.

(Aplausos)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Gostaria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, cumprimentar dois colegas desta Casa que merecem de todos nós que gostamos do esporte, o reconhecimento que apesar de serem bons e qualificados homens públicos são realmente esportistas que elevam o nome do Paraná no contexto nacional e até internacional.

Me refiro aos campeões da última prova realizada aqui em Curitiba, o Deputado Tony Garcia e nosso querido campeão Beto Richa que merecem, deste Plenário, uma salva de palmas pelo campeonato que levantaram.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MARÇO DE 1.999.

“Fundos de pensão estaduais - armadilhas a evitar”

Gustavo H.B. Franco.

Muitas das dificuldades que a União resolveu enfrentar no tocante a seus aposentados existem também nos Estados - e numa escala ainda mais dramática. Diversos governadores, genuinamente

preocupados com o tema, andam ativamente considerando a formação de fundos de previdência e também, embora com bem menos ímpeto, a revisão em seus sistemas de benefícios. Essas considerações estão associadas às dificuldades fiscais de alguns Estados e se manifestam exatamente quando a União se prepara para submeter ao Congresso a regulamentação das mudanças recentes na Constituição na área da previdência complementar. O assunto é delicado e os erros que forem cometidos agora, nas novas leis e nas negociações com governadores, poderão custar muito caro ao contribuinte brasileiro.

Este artigo procura chamar a atenção para quatro armadilhas que existem na montagem dos fundos estaduais de previdência, as quais, isoladamente ou em conjunto, podem produzir um desastre para os Estados.

A primeira é a idéia de separar os pagamentos dos inativos dos ativos para fins de aplicação dos limites da Lei Camata. Tem-se a impressão de que alguns governadores se encantaram com os fundos de previdência apenas porque, se estes assumissem os pagamentos dos inativos, uma “folga” seria aberta nos limites da Lei Camata. Tome-se como exemplo um Estado que tenha 80% de sua receita comprometida com pessoal, metade com inativos. A transferência para o fundo de previdência da responsabilidade pelo pagamento dos inativos, e a exclusão desses pagamentos do limite da Lei Camata, faria com que o Estado pudesse dispor de 20% de sua receita para contratar mais gente e livrar-se das amarras, ora em processo de construção (na Lei de Responsabilidade Fiscal), para aqueles que estão acima dos 60% e precisam ajustar-se. Tem-se aí um salvo-conduto contra as medidas administrativas de economia e, conforme já declararam alguns governadores, um novo espaço para “retomar os investimentos” (e o endividamento). É déficit primário na veia.

As recomendações a fazer aí são simples. A primeira é uma rigorosa revisão da legislação referente a benefícios, pois a criação de direitos a pensões patrocinadas pelos Estados, em especial pelas Assembléias, atingiu níveis absurdos. E a segunda é a de que em hipótese alguma os gastos com inativos deixem de contar para os 60% da Lei Camata, pois as sanções a serem montadas para quem foi além do limite são o único mecanismo a limitar o populismo na concessão de benefícios.

Uma segunda armadilha reside na formação dos regimes atuais de previdências de “bases correntes” (as contribuições dos ativos pagam as aposentadorias) num “regime de capitalização”, no qual a patrocinadora e o beneficiário poupam juntos, e na mesma proporção, para fazer frente à aposentadoria futura do indivíduo. Notem que não

há tanto problema em formar fundos de pensão para servidores começando agora, e que vão poupar durante toda a sua vida ativa. O verdadeiro problema é a inclusão dos atuais servidores, pois estamos, nesse caso, montando um fundo sem poupança prévia e já com aposentados cujas contribuições passadas (quando existiam) não foram capitalizadas. Essa transcrição apenas pode ser financiada com o aporte de ativos ao fundo de previdência e, no caso dos Estados, os valores necessários são muito elevados e, em alguns casos, inviáveis. Nos casos viáveis, o certo mesmo seria que os Estados com bons ativos para privatizar vendessem essas empresas e usassem os recursos para comprar títulos federais com o exato perfil do passivo atuarial do fundo e tornassem esses títulos "imexíveis". Infelizmente, todavia, não é só isso o que estão pensando alguns governadores, que parecem seduzidos pela idéia de aportar ativos fictícios ou sobrevalorizados. Dois exemplos: aportar a dívida ativa pelo valor de face ou próprios dos Estados em valores de aquisição atualizados. Como se sabe, a dívida ativa é composta de créditos fiscais de difícil cobrança e, numa securitização a mercado (caso a lei permitisse), poucas seriam as chances de se conseguir mais de 5% do valor de face. E o que dizer sobre os imóveis dos Estados, geralmente invadidos, abandonados e onerados por ações judiciais dos antigos donos, quando desapropriados, e sem liquidez? Mas, de todos os truques, o mais comum é inventar um crédito contra a União e demandar pagamento à vista em dinheiro (ou em LFTs), que, por sua vez, é usado para o aporte. Em qualquer dessas modalidades que não envolvem privatização de ativos bons, o truque é o mesmo: formar fundos de vento. A recomendação a fazer, com o propósito de evitar a distorção, é apenas permitir o aporte em dinheiro e em títulos federais a mercado. No caso de ações, apenas aceitar quando a privatização for irreversível e os recursos ficarem amarrados para todo o sempre com as obrigações do fundo e, principalmente, fora do alcance do governador.

O leitor pode perguntar: mas, se os fundos são formados com vento, como é que os pensionistas vão ser pagos?

Resposta: do mesmo jeito que se faz hoje, pelo Estado, que, com isso, mantém a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios. E é aí que está a terceira armadilha: fica muito natural, nesse contexto, a construção de fundos ditos de "benefício definido, ou seja, fundos nos quais a patrocinadora (o Estado) assume a obrigação de pagar os benefícios se o fundo for incapaz de fazê-lo. É assim que funcionam, hoje, os fundos de pensão das empresas estatais federais: se faltar dinheiro ao fundo, a estatal tem de portá-lo. A experiência mostra que

com isso se criam enormes pressões para amplificar artificialmente as obrigações atuariais desses fundos, de forma a provocar aportes freqüentes da patrocinadora. Os fundos acabam ficando "overfunded" (com reservas maiores que obrigações) e se tornando gigantescos: o parasita termina se tornando maior que o hospedeiro.

A única maneira de enviar esse truque é a lei obrigar que todos os fundos de pensão novos, com patrocinadoras públicas, se constituam numa outra modalidade, chamada "contribuição definida". Nesse sistema as partes (beneficiário e patrocinadora) se comprometem com as contribuições, mas não com os benefícios. Se o dinheiro for mal administrado e resultar insuficiente para pagar os benefícios, pior para os aposentados, que deviam prestar atenção em quem eles escolhem para administrar o dinheiro e que tipo de investimentos autorizam seus fundos a fazer. É claro que seria muito bom que os fundos das estatais federais também fossem assim - desconfio que a qualidade dos investimentos deles poderia melhorar bastante.

A armadilha de número quatro tem que ver exatamente com esse delicado assunto da administração dos ativos dos fundos. A experiência dos fundos de empresas estatais não é boa. Minha experiência no Banco Central (BC) - que está impedindo de fiscalizar essas entidades por força de decisão judicial - é a de quem em nove de cada dez trampolinagens de mercado descobertas pelo BC estão envolvidos, ao menos, um de dois personagens: um banco estadual e/ou um fundo de pensão de empresa estatal. Minha sugestão aqui é simples: piloto automático. Os ativos devem ser compostos de instrumentos simples, com perfil semelhante às obrigações atuariais dos fundos e de pouca movimentação. Quando mais liberdade tiverem os administradores dos fundos para investimentos criativos, ou de interesse do Estado, maior o perigo de decisões infelizes, ao mesmo até que a Secretaria de Previdência Complementar seja muito, mas muito fortalecida e aparelhada para fiscalizar de verdade a sua clientela.

O acesso que um governador pode ter às reservas técnicas de um fundo de pensão é tão ou mais perigoso quanto a administração de um banco estadual, o tipo de instituição de que os Estados usaram e abusaram para atividades de fomento. Nada contra essas atividades, mesmo em banco, desde que feitas com o seu próprio capital. O problema é executá-las com dinheiro de terceiros - e os bancos estaduais se fartaram de usar o dinheiro dos depositantes para fazer fomento (empréstimos subsidiados, ou que não eram cobrados, ou a fundo perdido mesmo), ou seja, caridade com o bolso alheio.

Agora que os bancos estaduais estão, felizmente, fadados a desaparecer e alguns Estados estão interessados em abrir “agências de fomento” (instituições não bancárias que vão operar com seu próprio dinheiro), é essencial que essas novas criaturas sejam expressamente afastadas da administração dos recursos dos fundos de previdência.

Imaginem o que seria usar o dinheiro da capitalização dos aposentados para fomentar as indústrias do Estado, a pequena empresa ou as manifestações culturais típicas da região. Recomendo fortemente que o Conselho Monetário Nacional (CMN) inclua na resolução que regula as agências de fomento, dentre as vedações expressas, a de quem essas instituições não possam sequer passar na porta dos fundos de previdências.

Todas essas armadilhas, e mais algumas outras menos óbvias, têm estado presentes nas conversas sobre os problemas previdenciários dos Estados. Todos se devem empenhar em evitá-las, pois, entre a União e Estados, esse é um jogo de soma zero, no

qual a conta, no caso de prejuízos, será do contribuinte, o qual, diga-se de passagem, ainda correndo sérios riscos. Basta imaginar o seguinte cenário: a criação de fundos do tipo “benefício definido”, para atender a novos e velhos servidores, abrindo espaço nos limites da Lei Camata, assim permitindo a ampliação do déficit primário dos Estados e criando uma “conta em aberto” contra o Estado, que poderá ser aplicada em cada pequeno ato de bondade das Assembléias. Os fundos já nasceriam desequilibrados e seus ativos, cuja qualidade já seria duvidosa (especialmente onde os governadores são avessos à privatização), seriam administrados por uma agência de fomento, que tenderia a destruí-los totalmente com o tempo. Um pesadelo como esse faria com que os R\$100 bilhões que bancos estaduais já nos legaram de prejuízos parecessem meros trocados.

Gustavo H. B. Franco, professor da PUC-RJ, foi Presidente do Banco Central.